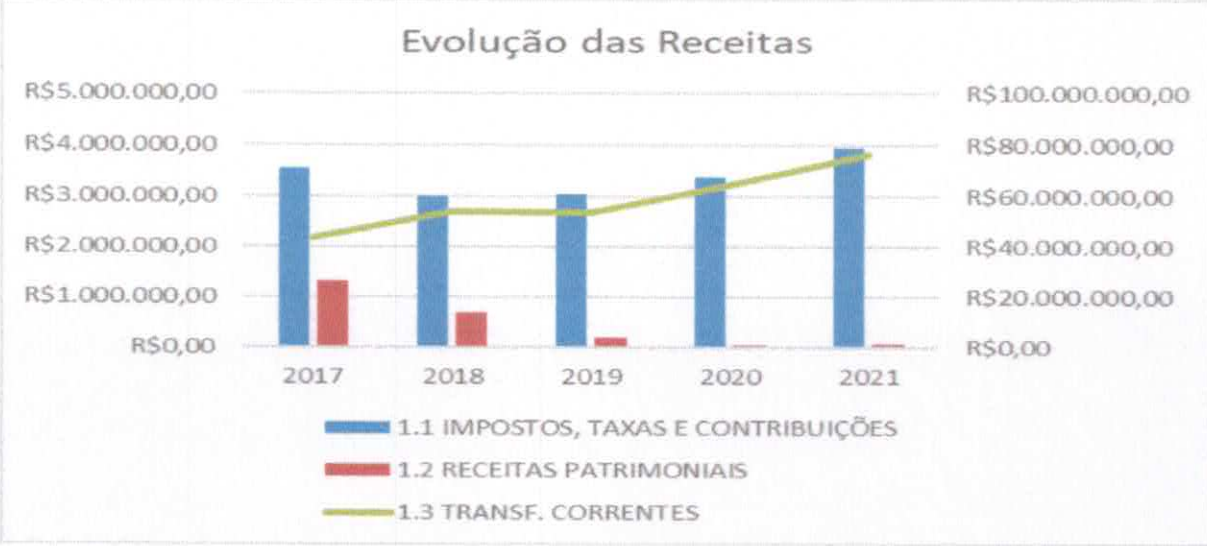
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS, REFERENTE AO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2021, REALIZADA NA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, NO DIA 29 SETEMBRO 2021, às 09:h00. No vigésimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta cidade de Parintins, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no prédio sede do Poder Legislativo Municipal situado à Rua Umiri, 781, Conjunto Macurany, reuniram-se os Senhores Vereadores: **MATEUS FERREIRA ASSAYAG – Presidente, AFONSO DE SOUZA ROCHA, FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO, MÁRCIA AUXILIADORA CARDOSO BARANDA.** Nesse momento foram convidados para compor a Mesa dos Trabalhos: **MATEUS FERREIRA ASSAYAG** – Presidente da Câmara Municipal de Parintins; Ilustríssimo Senhor **HARALD DINELLY ALVES DE SOUZA** – Controlador Geral do Município, representando o Poder Executivo Municipal e o Prefeito Frank Luiz da Cunha Garcia; o Excelentíssimo Senhor **FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO** - Vereador Presidente e relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Parintins e autor da propositura. Prosseguindo o Senhor Presidente declarou **ABERTA A AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que tem como finalidade apresentar o **Relatório da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura Municipal de Parintins, referente ao Primeiro Quadrimestre do ano de 2021**. Em seguida convidou o Vereador **AFONSO DE SOUZA ROCHA** para proceder à leitura do **Requerimento nº 292/2021-CMP** de 13 de setembro de 2021-CMP, de autoria do Vereador Francisco Waltéliton de Souza Pinto, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Parintins, para conhecimento de todos. A seguir o Senhor Presidente convidou o Vereador **FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO** - Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Parintins, a fazer seu pronunciamento, o qual cumprimentou os presentes e disse que a justificativa se dá para levar ao conhecimento da população e nos nobres pares tudo o que está sendo executado através do orçamento público do Município de Parintins. Falou que o orçamento vem de um trabalho que começa no Plano Prurianual (PPA), que é a execução de quatro anos, depois passa pela Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) até chegar à Lei Orçamentária Anual (LOA). Falou que na LOA é determinada para onde vai ser investido cada recurso de acordo com que foi realizado anteriormente. Salientou que aqui se

cumpre o dever constitucional através do Art. 165, parágrafo 3º da Constituição Federal que diz que é a obrigatoriedade do Executivo levar ao Poder Legislativo como está sendo executado de acordo com as leis preestabelecidas e também o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal no seu Art. 9º, parágrafo 4º, que diz que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre. Disse que é fato que não se está no mês de maio por conta de tudo que tem acontecido com a pandemia, restrições de aglomeração pública e hoje já se passa por um processo melhor de convívio, porque antes as restrições eram gigantescas e esta Casa recebia semanalmente, mensalmente apoio da vigilância sanitária que vinha fazer avaliações do funcionamento desta Casa Legislativa e não se podia ter muita gente envolvida dentro do Plenário. Registrou que está cumprindo o papel dentro da Comissão de Finanças e Orçamento, onde chama o Executivo, recebe o relatório para que o mesmo faça a demonstração contábil e financeira e de metas aos nobres parlamentares e a população de Parintins em geral. Prosseguindo o Senhor Presidente justificou a sua saída, logo mais, desta Audiência Pública, passando a Presidência desta Audiência Pública para o Vereador autor da propositura, Francisco Waltéliton de Souza Pinto, em função da viajem do Prefeito Bi Garcia e a convocação da Presidência para assumir a Prefeitura Municipal interinamente, sendo impedido de continuar nesta Sessão como Presidente. Prosseguiu o Senhor Presidente passou a palavra ao Ilustríssimo Senhor **HARALD DINELLY** – Controlador Geral do Município, representando o Executivo Municipal, a proceder à apresentação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira da Prefeitura Municipal de Parintins, referente ao Primeiro Quadrimestre, do ano de 2021, que cumprimentou os presentes e iniciou dizendo apresentaria o Relatório de Controle Interno referente às exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal concernente ao Primeiro Quadrimestre de 2021. Continuando destacou que presente relatório demonstra aspectos relacionados ao controle interno financeiro, orçamentário e patrimonial da Prefeitura Municipal de Parintins, bem como informações auxiliares às demonstrações contábeis e financeiras referentes ao exercício financeiro do 1º quadrimestre de 2021. Disse que a BASE LEGAL é esta: Lei 4.320/64, art. 75; Constituição federal, art. 70; Lei Complementar 101/2000, art.54; Resolução 04/2002 – TCE/AM; Lei Municipal nº 580/2014. Destacou que está trazendo este relatório fora do prazo, porém, tendo sempre o compromisso de trazer na maior brevidade possível, pois, se tem uma equipe muito competente trabalhando nas prestações de contas mensais. Destacou

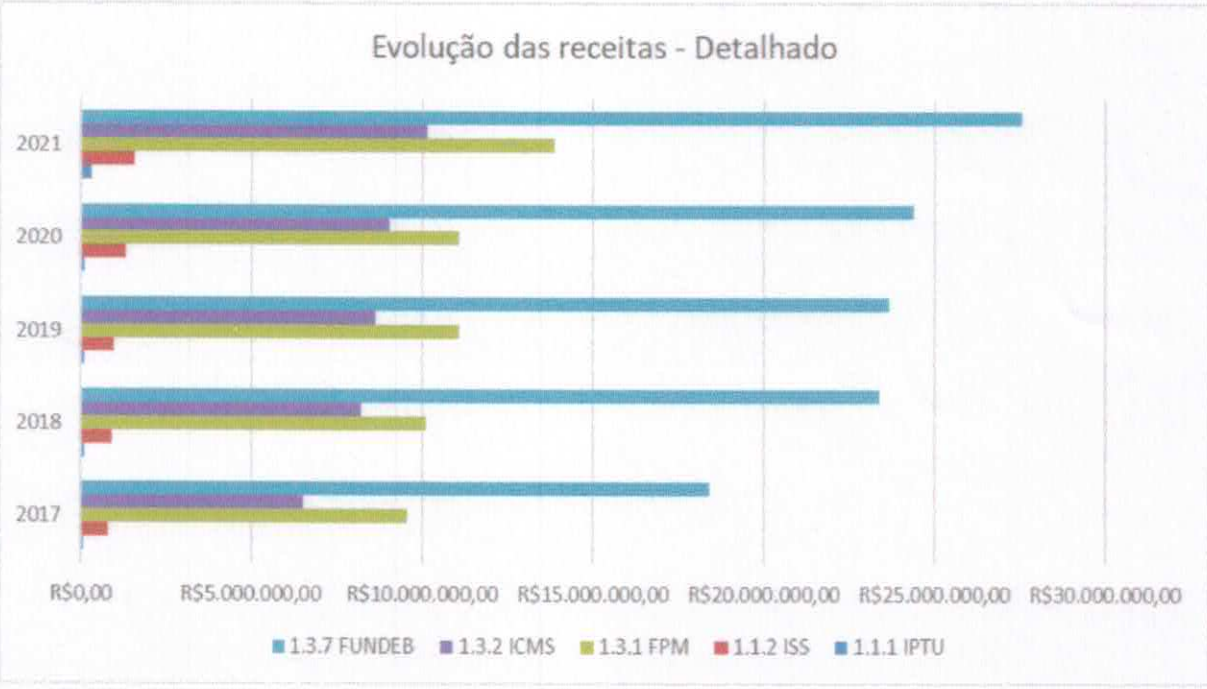
também que houve um atraso no início do ano, além da entrega de prestação de contas anual de 2020, ainda teve a questão de elevação dos casos da pandemia em janeiro, fevereiro, março, causando problemas na questão das prestações de contas das secretarias e consequentemente nos fechamentos das contas mensais que gera atraso nas prestações de contas bimestrais e quadrimestrais, é tudo uma "bola de neve", uma coisa atrás da outra. Comentou que vem trabalhando para dar celeridade e diminuir essa perda de prazo que está acontecendo. Salientou que ainda se está trabalhando para que todos os sistemas da administração pública funcionem de forma interligada, para isso, já se tem uma comissão sendo constituída, que no caso, é a implantação do sistema Integrado de Informações, principalmente financeiras do município, o que dará uma agilidade muito grande nos trabalhos dos contadores, da Secretaria de Finanças e celeridade nesses processos todos. Dando continuidade apresentou a primeira parte da RECEITA dos PRIMEIROS QUADRIMESTRES DE 2017 a 2021, conforme quadro abaixo:

RECEITAS PRIMÁRIAS (REALIZADAS)	2017	2018	2019	2020	2021	DIFERENÇA	EM %
1. RECEITAS CORRENTES	R$47.463.399,14	R$62.102.250,02	R$57.837.413,10	R$70.552.774,91	R$82.982.703,37	R$12.429.928,46	17,62
1.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	R$3.559.690,52	R$3.011.295,61	R$3.063.451,85	R$3.395.155,43	R$3.966.362,46	R$571.207,03	16,82
1.1.1 IPTU	R$70.452,51	R$102.903,96	R$96.120,49	R$110.248,75	R$293.776,80	R$183.528,05	166,47
1.1.2 ISS	R$777.613,66	R$910.502,37	R$960.839,45	R$1.313.369,00	R$1.553.411,71	R$240.042,71	18,28
1.1.3 ITBI	R$121.319,19	R$126.008,73	R$143.003,51	R$128.003,92	R$150.624,16	R$22.620,24	17,67
1.1.4 IRRF	R$847.512,41	R$954.350,63	R$905.896,33	R$903.180,15	R$1.199.906,57	R$296.726,42	32,85
1.1.5 OUTROS	R$1.742.792,75	R$917.529,92	R$957.592,07	R$940.353,61	R$768.643,22	-R$171.710,39	-18,26
1.2 RECEITAS PATRIMONIAIS	R$1.322.537,69	R$701.580,00	R$186.800,00	R$60.484,29	R$65.030,43	R$4.546,14	7,52
1.2.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R$617.350,79	R$701.580,00	R$122.200,00	R$49.401,87	R$55.917,10	R$6.515,23	13,19
1.2.2 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	R$705.186,90	R$0,00	R$64.600,00	R$11.082,42	R$9.113,33	-R$1.969,09	-17,77
1.3 TRANSF. CORRENTES	R$43.865.407,28	R$54.081.247,66	R$53.921.047,35	R$64.823.919,86	R$76.672.765,87	R$11.848.846,01	18,28
1.3.1 FPM	R$9.534.062,03	R$10.085.560,86	R$11.063.721,83	R$11.050.679,54	R$13.862.136,02	R$2.811.456,48	25,44
1.3.2 ICMS	R$6.514.618,93	R$8.191.704,66	R$8.627.520,33	R$9.016.604,27	R$10.127.627,46	R$1.111.023,19	12,32
1.3.3 IPVA	R$204.338,62	R$244.528,92	R$259.635,23	R$179.586,57	R$186.968,44	R$7.381,87	4,11
1.3.4 ITR	R$1.271,11	R$16.481,84	R$0,00	R$935,50	R$1.091,21	R$155,71	16,64
1.3.5 LC 87/1996	R$17.650,32	R$17.288,24	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00	N/A
1.3.6 LC 61/1989	R$26.647,77	R$24.187,13	R$28.132,65	R$20.743,03	R$34.746,58	R$14.003,55	67,51
1.3.7 FUNDEB	R$18.416.088,72	R$23.358.731,76	R$23.640.692,27	R$24.380.810,82	R$27.540.249,87	R$3.159.439,05	12,96

Continuando apresentou um gráfico, conforme quadro abaixo, das evoluções das RECEITAS em um comparativo dos primeiros quadrimestres desde 2017 a 2021:



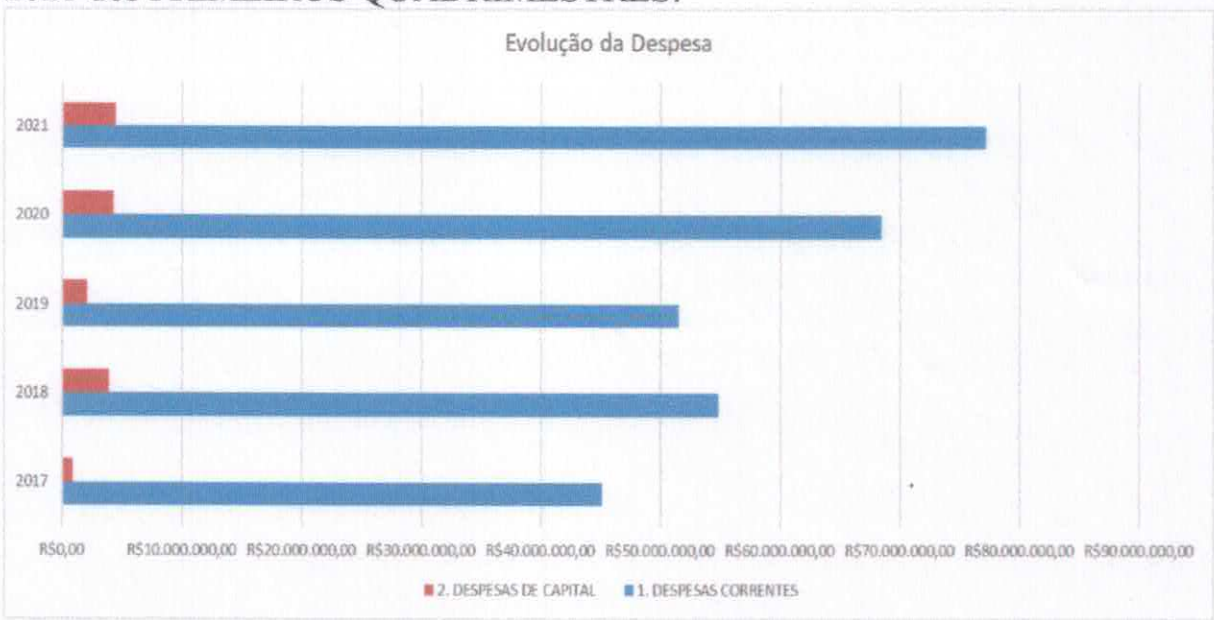
Apresentou outro quadro das RECEITAS, com mais detalhes, dos PRIMEIROS QUADRIMESTRES de 2017 a 2021:



Continuando apresentou um quadro relacionado às DESPESAS dos PRIMEIROS QUADRIMESTRES de 2017 a 2021:

DESPESAS (LIQUIDADAS)	2017	2018	2019	2020	2021	DIFERENÇA	EM %
1. DESPESAS CORRENTES	R$45.141.573,67	R$54.875.892,48	R$51.525.820,16	R$68.470.168,20	R$77.209.658,62	R$8.739.490,42	11,32
1.1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R$31.964.924,13	R$29.091.697,97	R$29.407.512,76	R$35.109.406,14	R$36.980.972,19	R$1.871.566,05	5,06
1.2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	R$8.381,02	R$1.009.901,59	R$433.550,24	R$137.572,85	R$119.319,35	-R$18.253,50	-15,30
1.3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$13.168.268,52	R$24.774.292,92	R$21.684.757,16	R$33.223.189,21	R$40.109.367,08	R$6.886.177,87	17,17
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	R$45.133.192,65	R$53.865.990,89	R$51.092.269,92	R$68.332.595,35	R$77.090.339,27	R$8.757.743,92	11,36
2. DESPESAS DE CAPITAL	R$839.681,80	R$3.898.846,79	R$2.035.926,96	R$4.257.195,12	R$4.436.120,74	R$178.925,62	4,03
2.1 INVESTIMENTOS	R$132.161,19	R$1.915.972,55	R$1.284.535,85	R$4.032.643,80	R$4.006.744,65	-R$25.899,15	-0,65
2.2 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	R$707.520,61	R$1.982.874,24	R$751.391,11	R$224.551,32	R$429.376,09	R$204.824,77	47,70
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	R$132.161,19	R$1.915.972,55	R$1.284.535,85	R$4.032.643,80	R$4.006.744,65	-R$25.899,15	-0,65
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	R$45.265.353,84	R$55.781.963,44	R$52.376.805,77	R$72.365.239,15	R$81.097.083,92	R$8.731.844,77	10,77

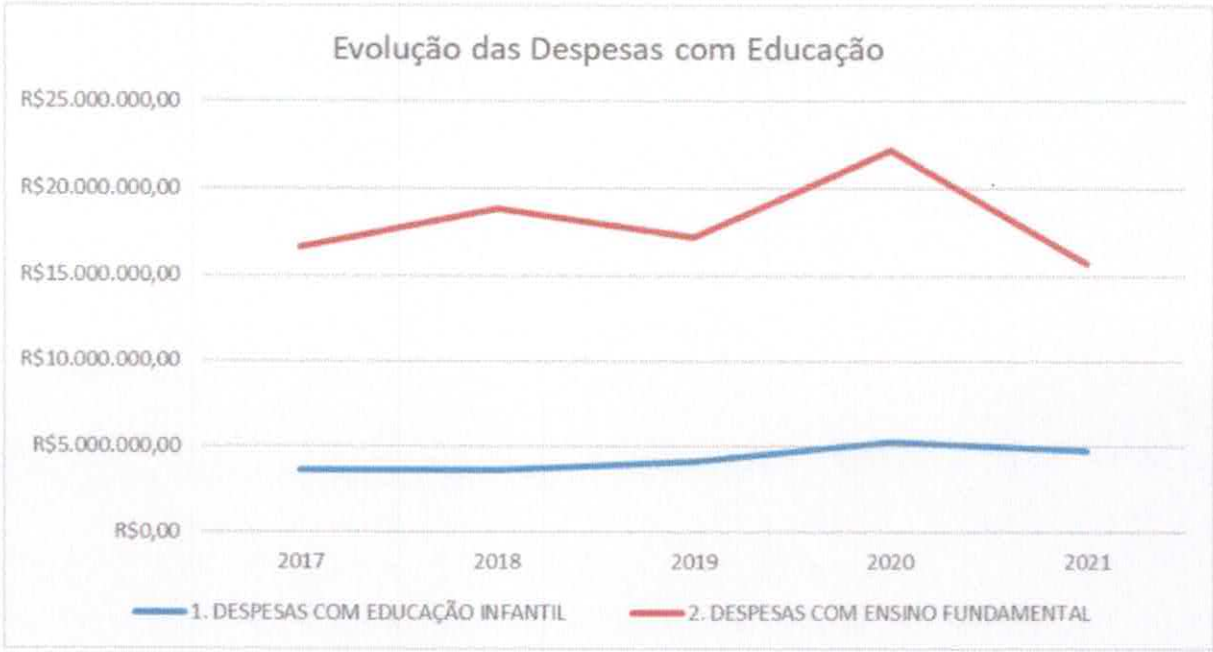
Em seguida apresentou um gráfico com a Evolução das Despesas desde 2017 até 2021 dos PRIMEIROS QUADRIMESTRES:



Destacou a AVALIAÇÃO DAS FORMALIDADES DA DESPESA do PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2021, dizendo que As despesas foram realizadas com emissão de empenhos prévios, com a indicação do nome do credor, da representação e da importância da despesa, bem como da dedução desta do saldo da dotação própria (arts. 60 e 61, L. 4.320/64); as despesas foram autorizadas e assinadas pelo ordenador de despesas, bem como pelos demais responsáveis (art. 58, L. 4.320/64); na liquidação da despesa, não foram constatados títulos e documentos inidôneos para a comprovação do respectivo crédito (art. 63, L. 4.320/64). Destacou que atuam de forma prévia no controle dos títulos e documentos, por isso não têm nenhum problema porque o processo de análise é de pagamento, por isso, não ocorre pagamento sem ter titulação anterior. Disse ainda que não foram constatados bens e serviços adquiridos/contratados com preços incompatíveis aos do mercado (art. 6º, inc. IX e X, e art. 7º, L. 8.666/93), que é a Lei de Licitações. Lembrou que existe uma nova Lei de Licitação em vigor, mas que ainda está em processo de instalação e neste momento no Brasil estão sendo usadas duas leis de licitações e que, é um período transitório até que a nova Lei de Licitação seja totalmente exigida. Destacou que existem processos licitatórios que a prefeitura está usando novas leis e outros estão usando os preceitos da Lei Anterior, L. 8.666/93. Falou ainda que não foi constatado desvio de bens e/ou recursos públicos (art. 37, CF) e não foi constatada a desobediência ao princípio da segregação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações. Neste momento entrou com as DESPESAS DE EDUCAÇÃO DOS PRIMEIROS QUADRIMESTRES de 2017 a 2021 segundo, quadro abaixo:

DESPESAS (LIQUIDADAS)	2017	2018	2019	2020	2021	DIFERENÇA	EM %
1. DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL	R$3.637.186,91	R$3.596.076,88	R$4.121.251,50	R$5.269.019,20	R$ 4.745.298,19	-R$523.721,01	-9,94
2. DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL	R$16.677.448,27	R$18.821.925,59	R$17.219.538,11	R$22.193.884,54	R$ 15.690.826,69	-R$6.503.057,85	-29,30
DESPESAS COM MANUT. E DESENV.	R$20.314.635,18	R$22.419.290,37	R$21.340.789,61	R$27.609.167,89	R$20.436.124,88	-R$7.173.043,01	-25,98

Demonstrou a seguir a EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM A EDUCAÇÃO DOS PRIMEIROS QUADRIMESTRES DE 2017 a 2921 segundo, quadro do gráfico abaixo:



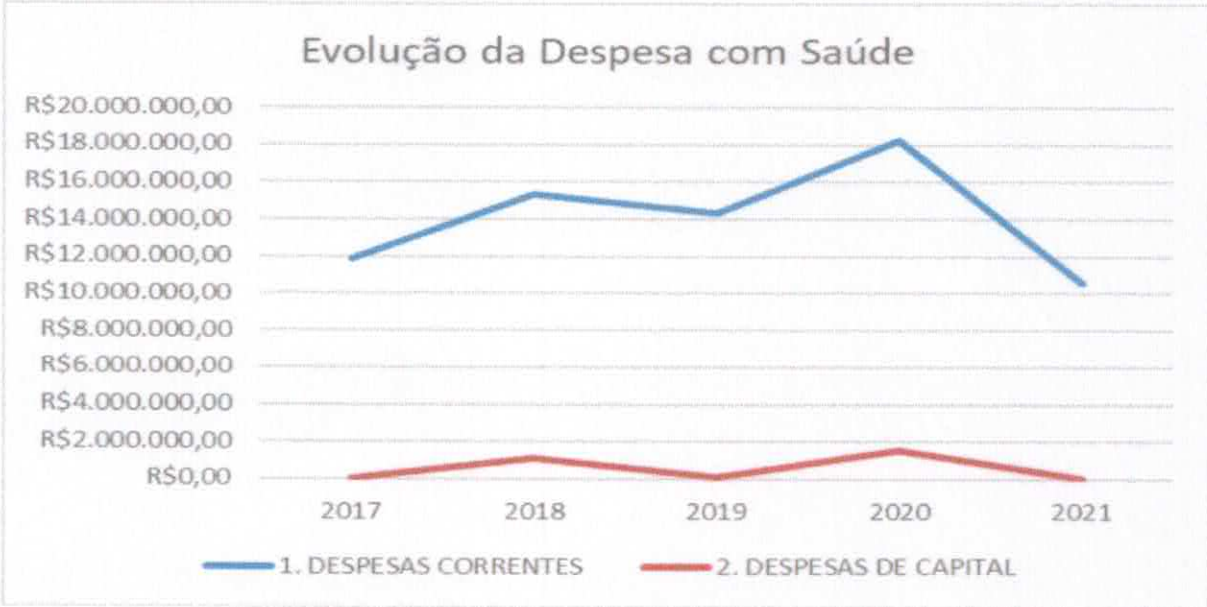
Mostrou as DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAL, de acordo com as exigências do Art. 212 da Constituição Federal, conforme, quadro abaixo:

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	
TOTAL DE DESPESAS COM MDE (REC. DE IMPOSTOS)	R$15.665.285,24
RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSF. DO FUNDEB	R$13.249.401,41
TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DO LIMITE	R$2.415.883,83
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE	7,22

Lembrou que a Constituição exige uma aplicação mínima do município de 25% nas contas anuais, o que se tem o dever de acompanhar a Secretaria de Finanças e a Controladoria, para que ao final do ano esteja dentro dos 25%, pois, o normal é que a menor aplicação seja no 1º quadrimestre, depois existe uma evolução durante o ano. Destacou que referente aos gastos com educação, não foram constatadas despesas realizadas com recursos do Fundeb destinadas a outras finalidades, que não à manutenção e desenvolvimento do ensino básico e à valorização dos profissionais da educação (art. 60, ADCT); Os recursos de convênios e programas destinados ao ensino são aplicados integralmente na finalidade (art. 8°, parágrafo único, e 50, inc. I, LRF; art. 116, § 5°, Lei nº 8.666/93).

Prosseguindo demonstrou as DESPESAS COM SAÚDE dos PRIMEIROS QUADRIMESTRES DO ANO DE 2017 A 2021 e sua EVOLUÇÃO como se podem observar os quadros abaixo:

DESPESAS (LIQUIDADAS)	2017	2018	2019	2020	2021	DIFERENÇA	EM %
1. DESPESAS CORRENTES	R$11.893.198,50	R$15.331.302,08	R$14.310.339,42	R$18.216.765,49	R$10.608.426,12	-R$7.608.339,37	-41,77
2. DESPESAS DE CAPITAL	R$3.620,00	R$1.098.931,95	R$78.422,00	R$1.569.578,84	R$1.863.651,00	R$294.072,16	18,73
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE	R$11.896.818,50	R$16.430.234,03	R$14.388.761,42	R$19.786.344,33	R$12.472.077,12	-R$7.314.267,21	-46,37



Ainda das Despesas com saúde, demonstrou as DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2021, segundo, quadro abaixo:

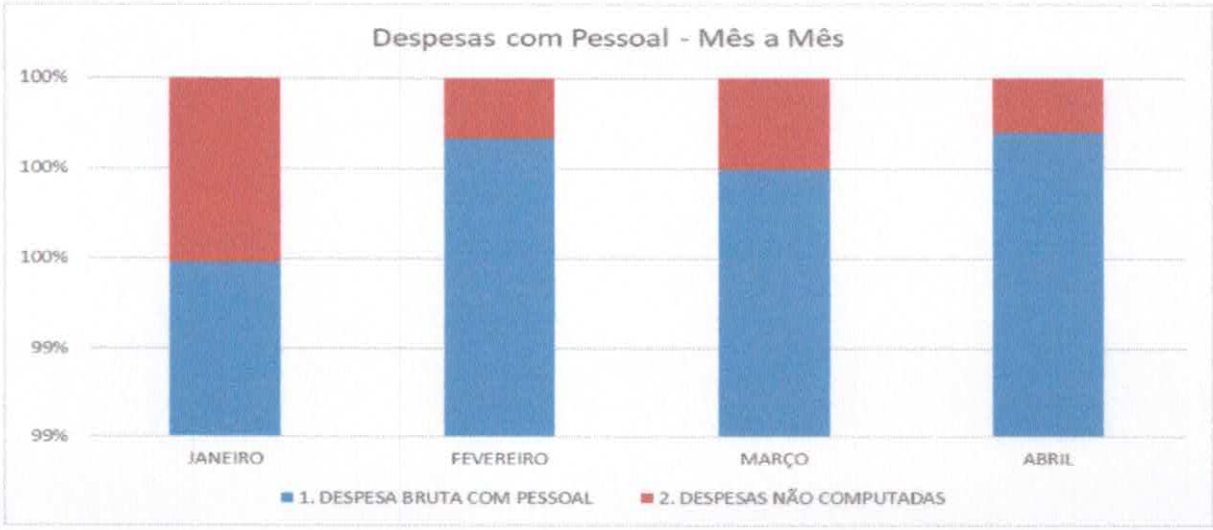
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	
TOTAL DE DESPESAS COM ASPS	R$ 10.608.426,12
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (15%)	R$ 5.019.514,65
DIFERENÇA ENTRE O APLICADO E O MÍNIMO	R$ 5.588.911,47
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	31,70

Frisou que foi usado um percentual de aplicação da arrecadação de impostos em Saúde, mais do que o dobro exigido pelos Art. 156,158 e 159 da Constituição Federal, que é de 15%. Destacou também que não foram constatadas despesas classificadas impropriamente em ações e serviços públicos de saúde (art. 77, ADCT) e os recursos de convênios e programas destinados à saúde foram aplicados integralmente na finalidade (art. 8°, parágrafo único, e 50, inc. I, LRF; art. 116, § 5°, L. 8.666/93). Continuando entrou na parte de LICITAÇÕES, DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES. Afirmou que foi realizado o acompanhamento de alguns certames e em todos seguiram a legislação em vigor e foram analisados arquivos dos processos licitatórios selecionados por amostragem sendo 13 arquivos de um total de 61 processos licitatórios realizados. Comentou que houve investidura regular dos membros da comissão de licitação (art. 51, *§* 4°, *L.* 8.666/93) e de acordo com a amostra realizada, não foram constatados fracionamentos de despesas de um mesmo objeto para alterar a modalidade de procedimento licitatório ou promover a dispensa indevidamente (art. 23, *§* 2°, L.8.666/93). Neste momento apresentou as DESPESAS COM PESSOAL dos PRIMEIROS QUADRIMESTRES de 2019 a 2021, conforme quadro abaixo:

DESPESAS COM PESSOAL (ACUMULADA 12 MESES)	2019	2020	2021
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	R$ 101.302.492,59	R$ 114.011.119,62	R$ 122.679.661,42
1.1 PESSOAL ATIVO	R$ 100.900.877,65	R$ 113.617.768,20	R$ 122.277.710,35
1.1.1 VENCIMENTOS, VANTAGENS E OUTRAS	R$ 95.094.846,05	R$ 107.028.973,14	R$ 116.112.325,72
1.1.2 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R$ 5.800.760,89	R$ 6.588.795,06	R$ 6.165.384,63
1.2.3 BENEFÍCIOS PREVIDÊNCIÁRIOS	R$ 5.270,71	R$ 0,00	R$ 0,00
1.2 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	R$ 401.614,94	R$ 393.351,42	R$ 401.951,07
1.2.1 APOSENTADORIAS, RESERVA E REFORMAS	R$ 217.150,94	R$ 203.213,01	R$ 198.829,64
1.2.2 PENSÕES	R$ 184.464,00	R$ 190.138,41	R$ 203.121,43
2. DESPESAS NÃO COMPUTADAS	R$ 390.035,42	R$ 237.580,21	R$ 490.900,54
2.1 INDENIZAÇÕES POR DEMISSÃO	R$ 358.983,53	R$ 237.580,21	R$ 281.614,01
2.2 DECORRENTES DE DECISÃO JUDICIAL	R$ 31.051,89	R$ 0,00	R$ 209.286,53
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	R$ 100.912.457,17	R$ 113.773.539,41	R$ 122.188.760,88

Das DESPESAS COM PESSOAL do 1º QUADRIMESTRE de 2021, apresentou um demonstrativo mensal, segundo quadros abaixo:

1 QUADRIMESTRE / 2021				
MÊS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
1. DESPESA BRUTA COM PESSOAL	8.041.132,78	9.568.465,87	9.396.401,26	9.974.972,28
1.1 PESSOAL ATIVO	8.007.036,97	9.536.570,06	9.364.505,45	9.943.076,47
1.1.1 VENCIMENTOS, VANTAGENS E OUTRAS	7.946.380,82	9.041.037,95	8.648.752,87	9.440.020,62
1.1.2 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	60.656,15	495.532,11	715.752,58	503.055,85
1.2 PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	34.095,81	31.895,81	31.895,81	31.895,81
1.2.1 APOSENTADORIAS, RESERVA E REFORMAS	17.745,23	16.645,23	16.645,23	16.645,23
1.2.2 PENSÕES	16.350,58	15.250,58	15.250,58	15.250,58
2. DESPESAS NÃO COMPUTADAS	33.071,83	12.840,82	19.134,52	11.812,96
2.1 INDENIZAÇÕES POR DEMISSÃO	33.071,83	12.840,82	19.134,52	11.812,96
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	8.008.060,95	9.555.625,05	9.377.266,74	9.963.159,32
NÚMERO DE SERVIDORES	3.671	3.718	3.765	4.301



Apresentou a APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2021, segundo quadro abaixo:

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL - 1 QUADRIMESTRE	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	247.846.858,11
DESPESA TOTAL COM PESSOAL	122.188.761,66
PERCENTUAL DE GASTO COM PESSOAL	49,30

Falou que os limites exigidos em lei são: LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 60%; LIMITE PRUDENCIAL (X) = (par. único do art. 22 da LRF) 57%; LIMITE DE ALERTA (XI) = (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 54%, o que confirma que se está bem abaixo dos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Citou que os 49,30% é o consolidado, significando que estão inclusas todas as autarquias, inclusive a Câmara Municipal de Parintins. Prosseguido afirmou que a remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos foram fixados ou alterados por lei específica (art. 37, inc. X, CF) e os vencimentos dos servidores públicos foram pagos no prazo legal (art. 1º, § 1°, LRF e legislação específica). Destacou também que o trabalho desenvolvido pelos comissionados guarda as características com atribuições de chefia, direção e assessoramento (art. 37, inc. V, CF) e houve observância a Sumula Vinculante nº 13 do STF nos casos de nomeação de pessoal em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta. Em

relação ao PATRIMÔNIO registrou que não houve alterações patrimoniais significativas no primeiro quadrimestre de 2021 e a comissão Inventariante Permanente está atuando na informatização dos dados de todo o patrimônio da Prefeitura para adequar-se ao exigido pela Lei, que inclusive e até 2023. Falou que futuramente, como é intensão dessa Controladoria, trazer esse relatório cada fez mais detalhado aos vereadores para auxiliarem o trabalho de controle, pois, são entes importantes de controle externo da prefeitura. Concluiu dizendo que, pelo exposto e considerando as demonstrações contábeis, a execução orçamentária e a amostragem realizada, tem-se uma gestão regular e as inconsistências observadas no exercício foram objetos de orientações e recomendações desta Controladoria Geral. Neste momento o Senhor Presidente em Exercício convidou a Vereadora Márcia Baranda a assumir os trabalhos da Mesa Diretora enquanto faria seu pronunciamento. A Senhora Presidente passou a palavra ao Vereador **FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO,** cumprimentou os presentes e disse ter três importantes pontos a destacar e que não é para tirar dúvidas, mas como orientação para o próximo quadrimestre. Falou que uma é para parabenizar as cartas convites que não houve neste Primeiro Quadrimestre, porém, vê que houve uma evolução em dispensas. Salientou que houve três chamadas públicas, três pregões presenciais, vinte e três tomadas de preços, vinte e sete dispensas, dois pregões eletrônicos e três tomadas de preços. Comentou que não teve carta convite, o que entende que é importante, pois, isso é uma situação bem delicada que às vezes a mesma põe para a administração. Falou que houve um número expressivo de dispensa e que crê que foi pelos decretos de emergência que houve, por conta do covid-19. Outro ponto que destacou foi de que esta Casa tem recebido relatórios do Setor de patrimônio, mostrando a evolução patrimonial, como, aquisição de tratores, respiradores, equipamento de saúde, equipamentos da educação, em fim, de todas as secretarias, que não está apurado no relatório do primeiro quadrimestre. Pediu que fosse feito a apuração desse patrimônio para vir no próximo quadrimestre. Continuando destacou que observou a situação toda o INSS, da Seguridade Social, que tem sido observada e cumprida, o que é importante para a administração pública, pois, tem acompanhado, como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos, a questão que, há dois meses, ficou bastante preocupado, porque que estava em situação bem difícil, mas, hoje já está totalmente regularizada. A última observância que fez está relacionada à CELEO, pois, foi feito uma Lei nesta Casa de antecipação de receita e que queria saber se a referida empresa, nesse envio das UTIs para Parintins, já foram

apurados essas receitas para o Município de Parintins, porque é uma receita e apesar de vir em forma de equipamentos é uma receita do município, que é o ISS. Finalizou parabenizando a explanação e a todos. O Senhor Presidente passou a palavra para o Senhor **HARALD DINELLY** para fazer suas considerações finais, o qual informou que vai absolver essas recomendações e disse que a questão do Patrimônio vai verificar junto à Comissão, porque esta Casa tem recebido e a Controladoria não, porém, salientou que vai agir em cima disso e dá prioridade. Sobre a questão da CELEO argumentou que realmente se pode acrescentar na apresentação, a questão do que já se tem descontado de ISS referente a essa isenção que a Empresa está tendo e também o que foi recebido de materiais em valores, ou seja, trazer para esta Casa um relatório do abatimento de tudo isso, de quadrimestre a quadrimestre para que se tenham essas informações. Finalizou agradecendo a todos pela contribuição e pelo acompanhamento do relatório. Não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Vereadores e convidou-os para Sessão Ordinária a ser realizada em data e hora regimental, invocando a **PROTEÇÃO DE DEUS**, encerrou a Audiência Pública, as 11h00.

Ver. MATEUS FERREIRA ASSAYAG
Presidente

Ver. AFONSO DE SOUZA ROCHA

Ver. FRANCISCO WALTÉLITON DE SOUZA PINTO

Ver. MÁRCIA AUXILIADORA CARDOSO BARANDA